

Um Estádio na Cidade

50 anos do Parque de Jogos 1.º de Maio

Nuno Domingos

Um lugar na sociedade e na História

A vida de um edifício como um estádio ou de um espaço urbanizado e edificado como um parque de jogos é determinada pelos usos que lhe são dados em certos contextos históricos e sociais por quem em circunstâncias diversas os frequenta. A natureza destes usos escapa muitas vezes aos objectivos que estiveram por detrás da concepção de tais espaços. Ao realizar-se a história de um conjunto urbano desportivo como o Parque de Jogos 1.º de Maio interessa sobretudo compreender estes modos de habitar um espaço, questionar a sua adequação com o pensamento que definiu os traços do arquitecto ou do urbanista, relacioná-lo com os princípios e intenções das instituições que iria servir e pensar como tudo isto se confronta com a história portuguesa dos últimos 50 anos. Nas práticas daqueles que os frequentaram tomamos o pulso de uma narrativa particular que este livro deseja contar.

O estádio 1º de Maio faz parte da paisagem urbana lisboeta. É um elemento de um bairro novo, o de Alvalade, que marcou a história do urbanismo e da arquitectura em Portugal. É também o resultado concreto da expansão da actividade de uma instituição estatal de organização dos tempos livres, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, que atravessou quase todo o regime do Estado Novo, dialogando com os seus

princípios, e se transformou em INATEL na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, vivendo deste então em democracia. O 1.º de Maio é, de uma perspectiva mais específica, um recinto para a prática de desporto e, mais genericamente, para o desenvolvimento de actividades de tempos livres. Nesta condição foi protagonista privilegiado do processo de mutação das práticas desportivas dos portugueses. Equipamento dirigido aos trabalhadores, o estádio é indirectamente um local onde se podem observar transformações históricas mais genéricas, nomeadamente a evolução da própria organização do trabalho e no modo como esta, de forma particular, se relaciona com a prática desportiva.

I. 1959-1974

Os anos do desporto corporativo

O espelho de um regime

No dia 23 de Junho de 1959, um grupo de jornalistas da imprensa e da rádio realizou uma visita ao chamado Estádio da FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), equipamento público situado no moderno bairro lisboeta de Alvalade, que iria ser inaugurado cinco dias mais tarde. O novo espaço, informou o repórter do *Diário de Notícias* aos seus leitores, ocupava uma área de 55.000 metros quadrados e a sua construção havia custado 7.000 contos (35 mil euros na moeda actual). Desta quantia, 1.000 contos reservaram-se ao trabalho de terraplanagem (*Mundo Desportivo*, 24/6/59: 8). Do ponto de vista arquitectónico, garantia

o periodista do *Diário de Notícias*, o projecto, cuja construção fora orientada tecnicamente por António Gormicho Boavida, tenente-coronel do Estado-Maior, engenheiro militar e professor catedrático da escola do Exército, assemelhava-se, numa escala mais pequena e menos ambiciosa do ponto de vista arquitectónico, ao Estádio Nacional, inaugurado em 1944 no Vale do Jamor (concelho de Oeiras).

Tal afinidade denunciava a permanência de um modelo de estádio que, tendo no Olímpico de Berlim (1936) o seu representante mais notório, se replicou em diversos contextos. Entre o Estádio Nacional e o da FNAT a semelhança sustentava-se sobretudo na existência de uma “Praça da Maratona”, que, no caso de Alvalade, dava para a Avenida do Rio de Janeiro, oposta ao local da tribuna. O efeito criado pela relação arquitectónica entre a tribuna de honra, onde estariam os representantes da nação, e o espaço vazio à sua frente era característico de uma arquitectura típica de regimes totalitários nos quais a hierarquia era uma determinante das relações sociais. Aos mandatários da nação era concedido o privilégio da vista desafogada proporcionado pela abertura do espaço à sua frente, bem como uma maior proximidade do terreno de jogo garantindo uma melhor visibilidade. A posição hierárquica dos espectadores que se acumulavam nos enormes topos, a grande maioria da assistência, ficava marcada pelo não usufruto da vista e pela distância em relação ao local do espectáculo.

O estádio, como descreveu o enviado do *Mundo Desportivo*, tinha uma escada que conduzia a “uma fila de amplos camarotes, debruçada sobre a bancada e o rectângulo do campo de futebol, circundado pelas pistas de atletismo” (*Mundo Desportivo*, 24/6/59: 8). Para além do camarote presidencial, foram construídos 30 camarotes, com uma lotação de 150 pessoas. A bancada central era coberta, protegendo até 1.700 indivíduos. Duas bancadas laterais, cada uma com 1.200 lugares, e um peão

com 8.000 lugares completavam os lugares do recinto. Na bancada central havia um espaço para a imprensa desportiva. Na estrutura exterior do estádio, junto àquela que era à época a entrada principal, foram criados baixos-relevos representando um conjunto de modalidades: ginástica, andebol, futebol, hóquei, atletismo e rãguebi. Quem chegava ao recinto por esta entrada atravessava uma proeminente alameda, um dos aspectos mais singulares do desenho deste equipamento desportivo. O jornalista do *Record* (27/6/59: 1) referiu-se a um estádio “sem luxo, como não podia deixar de ser, mas transbordante de comodidade e desafogo”. O colega de *A Bola* preferiu assinalar que se tratava de “um estádio moderno numa zona moderna da cidade. Tal como o seu bairro é alegre e arejado. Ali em pleno Alvalade é uma clareira aberta ao sol...” (*A Bola*, 27/6/59: 7). As bancadas do recinto, quando da realização de actividades desportivas, permitiam a presença de 15.000 espectadores.

O campo em terra batida tinha 105 metros de comprimento e 66 de largura, permitindo a prática do futebol, mas também de rãguebi e de andebol de 11. Pensado como um espaço de utilização intensiva, o rectângulo não foi arrelvado. Por altura da inauguração estava apenas concluída a primeira fase do projecto, que incluía, para além do campo, uma pista de atletismo de cinza com 400 metros, balneários e armazéns para a recolha do material. Para a prática do atletismo havia seis pistas de corrida, caixas para salto em altura e comprimento e lançamento do martelo, do disco e do peso. Por baixo da bancada central havia quatro vestiários com seis chuveiros cada, um posto médico e cabina para os árbitros.

A segunda fase, que se idealizava começar em breve, previa a construção de duas piscinas (uma delas coberta), um ginásio, diversos campos de basquetebol, voleibol e ténis, um ringue de patinagem e uma carreira de tiro. Do plano inicial, todos os edificios previstos, menos o

campo de futebol e a pista de atletismo, acabaram por não se construir ou ser construídos não obedecendo ao planeamento original.

No final da visita ao estádio, que os jornalistas descreveram com algum pormenor, os dirigentes da FNAT, liderados pelo então presidente Bento Parreira do Amaral, ofereceram um almoço aos repórteres, aproveitando para os inteirar da actividade desportiva da Fundação. Como alguns jornais notaram, a organização desportiva da FNAT envolvia à data, segundo os seus líderes, mais de 1.200.000 atletas por todo o país. Apesar de o impressionante número carecer de uma necessária relativização, e tomado mais do que outra coisa como uma cifra potencial, era um facto que o crescimento da actividade desportiva obrigava a Fundação a um esforço para encontrar recintos suficientes para a procura existente. Só na capital e nos seus arredores, a falta de espaços, que o novo estádio procuraria parcialmente colmatar, obrigara a FNAT a alugar cinco campos de futebol.

O “estádio das sobras”

A FNAT, criada em 1935, era uma organização estatal integrada na dinâmica corporativa do Estado Novo, que tinha por objectivo central proporcionar aos trabalhadores actividades de ocupação dos tempos livres. No âmbito desta demanda, a acção da FNAT, para além da organização de actividades desportivas, incluía acções de propaganda e formação de dirigentes corporativos, o patrocínio de cantinas para trabalhadores situadas em empresas, a promoção de férias organizadas e a realização de espectáculos culturais e recreativos. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e de forma mais significativa desde meados da década de 1950, que a FNAT vinha incrementando a sua acção em todas as vertentes, fenómeno relacionado com a diversificação das actividades produtivas no território nacional, nomeadamente em contextos urbanos. O aumento

patrimonial, de que o novo estádio era um exemplo, revelava por si só este crescimento. Participavam nas actividades da FNAT os trabalhadores portugueses que, integrados nas instituições corporativas, se encontravam agrupados nas empresas, por intermédio dos chamados Centros de Alegria no Trabalho (CAT), em Centros de Recreio Popular (CRP) organizados em bairros e, num contexto de intervenção mais ruralizado, em Casas do Povo e dos Pescadores.

Os terrenos onde foi construído o novo estádio haviam sido cedidos à FNAT em 26 de Maio de 1953 pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), embora em 1949 o ante-projecto do recinto já anunciasse a sua utilização por parte da instituição. O estádio estava integrado no plano de urbanização do sítio de Alvalade, eixo fundamental do crescimento da cidade de Lisboa para Norte projectado por João Guilherme Faria da Costa (1906-1971), o primeiro arquitecto urbanista português com formação internacional. Na escritura de concessão dos terrenos à FNAT ficou expresso que todo o edificado deveria estar em harmonia com os planos da Câmara. O terreno, com 61 mil metros quadrados, foi concedido à FNAT mediante contrato de ocupação. Esta concessão desonerava a CML dos custos da construção do espaço desportivo imaginado no plano.

Faria da Costa efectuara os primeiros estudos de urbanização desta área da cidade em 1935. O plano que estaria na base do novo Bairro de Alvalade data de 1945 e foi designado por “Plano de Urbanização a Sul da Avenida Alferes Malheiro”, actual Avenida do Brasil. A grande maioria dos terrenos que integravam o espaço a urbanizar – até meados do século um lugar de acesso à cidade e de circulação de mercadorias ocupado maioritariamente por terras de cultivo, áreas rurais, pequenos ajuntamentos urbanos e caminhos – foi expropriada e municipalizada. O plano de Faria da Costa idealizava um espaço moderno, uma nova cidade sustentada num urbanismo contemporâneo que organizava a urbe por zonas funcionais e

onde se adoptara os princípios de convivência entre grupos sociais de origens distintas. O Bairro de Alvalade tornou-se, também, um espaço onde co-existiram diferentes tipos de propostas arquitectónicas, um mosaico que juntava formas tradicionais, típicas do que se designou por arquitectura do Estado Novo, com experiências mais modernas. No plano de 1945 já se encontrava desenhado, de forma que ainda hoje facilmente reconhecemos, o estádio e a sua zona envolvente, incluindo mesmo alguns equipamentos, como os campos de ténis, que só mais tarde viriam a ser construídos. No entanto, em relação ao desenho de Faria da Costa, o estádio acabou por ser ligeiramente deslocado, mudando de direcção, de modo a adaptar-se ao próprio traçado da área envolvente. O designado Parque de Jogos, que “deveria servir as populações das células situadas a sul do Plano” (Janarra, 1994: 174), estaria localizado ao lado das casas de renda económica que ocupavam a célula 5 do novo Bairro de Alvalade, e contornavam o estádio pela Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, onde, ao fundo, fora construído o Liceu Rainha Dona Leonor. Do outro lado da Avenida do Rio de Janeiro, junto à sua segunda entrada, planeava-se uma zona de moradias unifamiliares que compunham a célula 4 do desenho do arquitecto. A entrada principal do estádio ficava na Rua Silva e Albuquerque, artéria que contornava o recinto indo desembocar na passagem da Avenida do Rio de Janeiro para a Avenida dos Estados Unidos da América.

Os estudos realizados em 2008 pelo ateliê Vão – Arquitectos Associados, com vista à renovação do actual Parque de Jogos 1.º de Maio, e resumidos num “Estudo Preliminar Estratégico”, salientam que o estádio teria sido feito com sobras de outras construções realizadas no bairro, o que se nota, por exemplo, no mobiliário urbano, de que os bancos em betão pré-fabricado são apenas um exemplo. O arquitecto João de Sousa Morais refere-se ao recinto como “o estádio das sobras”, solução simples e barata para levantar o edifício. Neste plano, de que se falará no capítulo IV,

releva-se mais a memória do estádio do que o seu valor arquitectónico, destacando-se ainda assim o seu papel no desenho urbanístico de Faria da Costa, nomeadamente as suas duas entradas, que lhe conferem uma identidade espacial.

A longa construção

Entre o momento em que foi apresentado o anteprojecto do Estádio da FNAT, em 1949, e a sua inauguração, passaram quase dez anos. O período torna-se ainda mais extenso se tivermos por referência o primeiro desenho de Faria da Costa incluído no Plano do Sítio de Alvalade em 1945. Neste espaço de tempo, a conclusão das obras foi sendo progressivamente adiada. Em 1954, o *Diário de Notícias* anunciava em primeira página: “O estádio da FNAT será inaugurado no próximo ano”. Em 1955, a revista *Flama* fez uma reportagem sobre a evolução das obras do novo espaço desportivo do Bairro de Alvalade, prenunciando a sua rápida inauguração (e anunciando componentes do projecto que nunca viriam a ser construídas, como um auditório). Faltavam, porém, ainda quatro anos para a abertura. O contraste entre a arquitectura do estádio da FNAT e os alguns dos projectos urbanísticos mais modernos edificados em Alvalade foi indiscutivelmente ampliado pelo atraso no processo de construção. Em 1959, quando enfim foi inaugurado, o estádio já parecia desfasado dos ritmos da arquitectura moderna e próximo dos padrões ainda assim prevalecentes do urbanismo de Estado prosseguido pelo regime corporativo.

A súbita aparição de Salazar

Embora os jornais não tivessem anunciado a sua presença, mas apenas a de um seu representante, o fundador do Estado Novo e presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, assistiu, no dia 28 de Junho de 1959, à cerimónia de inauguração daquele que ficaria conhecido por Estádio da FNAT, depois de durante algum tempo os jornais o designarem por Estádio do Bairro de Alvalade. A presença de Salazar garantiu à cerimónia uma outra solenidade. O Presidente do Conselho não era um habitual frequentador de estádios. Nem mesmo em ocasiões solenes, como por exemplo a inauguração dos estádios do Belenenses, do Sporting, do Futebol Clube do Porto e do Benfica, ao longo desta mesma década de 50, o chefe do Governo esteve presente. Neste caso, porém, tratava-se de um equipamento oficial erguido por uma instituição estatal, um novo espaço no qual idealmente se praticaria desporto de acordo com os trâmites preconizados pela política oficial desportiva do regime.

Havia uma diferença simbólica significativa, inscrita na própria arquitectura, que distinguia os estádios do regime, como o Estádio Nacional ou o 28 de Maio em Braga, dos estádios dos maiores clubes desportivos portugueses. Os usos destes dois tipos de estádio acentuavam o seu contraste: num lado, produziam-se espectáculos para um ávido público consumidor, praticados por indivíduos que contra a lei faziam do desporto a sua profissão; no outro, praticar-se-ia um desporto aparentemente desinteressado, útil do ponto de vista educativo, moral e político.

Em consonância com os alicerces mais doutrinários do regime o estádio servia, como anunciou o repórter de *O Mundo Desportivo*, para revelar “o papel dos trabalhadores portugueses na valorização da raça” (29/6/59: 1). Num sentido diferente, tratava-se de preencher um tempo da vida dos trabalhadores que podia estar mais mal ocupado. Como era referido numa publicação da FNAT em 1941, a educação física, “destinando-se sobretudo a divertir, não perde, jamais, de vista uma

finalidade de educação. E é sobretudo de educação o trabalho de quem pretende substituir o hábito de distrações nocivas por outros hábitos de saudável diversão” (FNAT, 1941: 10). Estas distrações nocivas eram quase sempre identificadas pelo tempo passado na taberna, local de vícios mas também de subversão política. Isso mesmo era reafirmado, em jeito de produção doutrinária, no texto de D. Manuel de Sousa Macedo *A FNAT e A Cultura Física das Classes Trabalhadoras* (1944). Neste âmbito o lazer organizado pela FNAT era contraposto à taberna, ao café, ao consumo do espectáculo do futebol e aos *dancings* urbanos, elementos educacionais “nefastos” que não contribuíam para criar uma classe trabalhadora respeitável.

Noutra perspectiva, a condição física não era apenas um veículo para uma vida saudável, mas também um instrumento para melhorar a produtividade laboral. Como notou o repórter de *A Bola*, “a FNAT, cónsua das suas obrigações para com os trabalhadores, lhes oferece” ginástica e desportos “para que os corpos anquilosados por longas horas de trabalho no escritório ou na oficina, quantas vezes em posições antinaturais, tenham possibilidades de se fortalecer” (29/6/59: 8). Esta perspectiva já havia sido destacada no referido texto de D. Manuel Macedo: “Não pode ser bom trabalhador todo aquele que seja tuberculoso, sífilítico, louco, cego, leproso ou alcoólico, nem tão-pouco ser boa mãe toda a mulher que, trabalhando na casa, na oficina, no campo, seja portadora daquelas doenças ou de outras deficiências físicas ou morais que a levem à prostituição” (Macedo, 1944: 12). A demanda higienista confundia-se com uma moralização da vida quotidiana, sob os princípios caros ao regime.

Na tribuna da cerimónia de inauguração, ao lado de Salazar encontravam-se o ministro das Corporações, Veiga de Macedo, o ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, outros membros do governo e o representante da congénere espanhola da FNAT, a Obra Educación y

Descanso. Os jornais publicaram várias fotografias destas individualidades, sobretudo de Salazar, mas o acontecimento, apesar de relatado efusivamente nas primeiras páginas, teve menos destaque que a cobertura da conclusão do périplo do Presidente da República, Américo Tomás, pelo Norte do país. A visita, um ano depois da importante eleição presidencial na qual Tomás concorreu contra Humberto Delgado, foi traduzida pelos jornais como uma grande manifestação de massas onde o povo nortenho demonstrara mais uma vez o seu apreço pelo regime.

Um “Estádio Nacional para trabalhadores”

Mais de 20.000 pessoas assistiram à inauguração do Estádio da FNAT. Depois do anúncio da presença de Salazar, “vibrantemente aclamado”, segundo o oficial *Diário da Manhã* (29/6/59: 1), a banda da Carris tocou *A Portuguesa*, cantada pelas vozes do coro da FNAT. Largaram-se de seguida 3.000 pombos-correio, seleccionados pela Federação Portuguesa de Columbofilia, e milhares de balões. Antes da parada com quatro mil atletas representantes dos diversos organismos corporativos, cuja organização foi da responsabilidade do coronel Manuel do Couto Carpinteiro, um trabalhador, Carlos Ribeiro Fonseca, dirigiu-se ao ministro das Corporações celebrando o novo espaço desportivo da FNAT, que designou “Estádio Nacional para trabalhadores”. Ali se praticaria o desporto inspirado no exemplo da Grécia antiga, onde a educação física fazia parte de uma educação integral. O representante laboral concluiu a sua intervenção criticando o processo de profissionalização e comercialização que atravessava o desporto português, em especial em modalidades como o futebol, o ciclismo e o boxe (precisamente aquelas cuja actividade, um ano mais tarde, foi alvo de nova legislação que legalizou a possibilidade de os atletas se profissionalizarem). O Estádio da FNAT não fora concebido para

perversos fenómenos de espectacularização desportiva. A profissionalização, continuou Carlos Fonseca no seu discurso, nem sempre permitia “o livre desenvolvimento da missão educativa do desporto”, o que contrastava com o trabalho da FNAT nesta área, ao promover “o intercâmbio desportivo entre profissões”, organizando sessões de ginástica nos intervalos da jornada de trabalho e outras actividades que eram “um autêntico monumento à glória do trabalho, que é afinal mais um monumento imorredoiro à glória de Salazar.”

Iniciou-se depois a grande parada. O repórter de *O Mundo Desportivo* (29/6/5: 6) descreveu, com o orgulho que era então conveniente incutir neste tipo de relatos, o desfile dos atletas, que empunhavam os estandartes das suas organizações corporativas. À frente, duas bandeiras nacionais conduzidas por “atletas irrepreensivelmente equipados”, depois o estandarte da FNAT e as bandeiras das 14 modalidades promovidas pela Fundação: “Com todas as bandeiras alinhadas frente às tribunas e os atletas em parada ouviu-se em respeitoso silêncio o hino nacional enquanto subiam as bandeiras de Portugal e da FNAT.” O momento da parada foi amplamente fotografado, imagem do poder do Estado e das suas instituições. Depois da audição do hino nacional Salazar retirou-se do recinto.

A vertente propriamente desportiva da cerimónia foi descrita com maior rigor em *A Bola*, embora seja de notar que os periódicos desportivos concederam menos destaque ao acontecimento do que os seus parceiros generalistas. *O Record*, além de uma pequena chamada na primeira página, praticamente não se refere à inauguração. A primeira página de *A Bola*, no dia seguinte, não fazia qualquer referência ao novo estádio, ocupada que estava com as crónicas de Vítor Santos e Aurélio Márcio sobre o jogo realizado no Porto pela selecção nacional, comandada pelo treinador húngaro Béla Guttmann, contra a Alemanha Oriental no Estádio das Antas,

a reportagem de Alfredo Farinha do encontro de futebol entre o Atlético de Madrid e o Sporting em Badajoz e com as notícias da muito afamada Volta à França, onde o ciclista Antonino Baptista seguia em décimo lugar da classificação geral. Mais significativo, talvez, é o facto de, nas suas descrições, e com a notória excepção de *O Mundo Desportivo*, propriedade do *Diário de Notícias* e próximo das políticas oficiais do regime, os jornais especializados terem eliminado quase completamente o efeito de propaganda política intrínseco à natureza do acontecimento. Na reportagem dedicada ao evento por *A Bola*, na sua última página, a cerimónia é tratada como um acontecimento propriamente desportivo, e mesmo a fotografia que ilustra o artigo, classes de ginástica fotografadas a partir da pista, subverte o efeito grandiloquente das imagens da tribuna que mostram os dignitários da nação ou a grande parada dos atletas. No lugar das imagens do grande recinto desportivo, o que se vê na fotografia, para além das ginastas em acção, são os prédios altos em fase final de construção na Avenida dos Estados Unidos da América, elementos da face mais moderna do Bairro de Alvalade (*A Bola*, 29/6/59: 8).

Depois da grande parada seguiram-se as apresentações das classes infantis de ginástica lideradas pelo capitão Alberto Marques Pereira. Os jovens atletas eram provenientes de organizações da FNAT, nomeadamente do CAT dos Cimentos Tejo e dos CRP do bairro da Calçada dos Mestres e das juntas de freguesia de Alcântara e de Carnide. O irmão do responsável da ginástica infantil, o também capitão Celestino Marques Pereira, conduziu depois uma classe de ginástica feminina, cujos elementos provinham do Grupo Desportivo da Fábrica de Loças de Sacavém, do CAT dos Cimentos Tejo e dos CRP dos bairros da Encarnação e da Calçada dos Mestres. Alberto e Celestino Marques Pereira faziam parte do núcleo duro que, desde a década de 1930, redefinira o ensino da Educação Física em Portugal. Ambos trabalharam na Mocidade Portuguesa (n. 1936)

e no Instituto Nacional de Educação Física (n. 1940), aconselhavam a produção de currículos escolares, escreveram manuais e promoveram a ginástica por intermédio de sessões radiofónicas. Celestino Marques Pereira, sobretudo, era um teórico reputado, formado na Bélgica, possuindo influência determinante no rumo da educação física nacional.

Depois da ginástica, disciplina maior na ideologia educacional do regime, decorreu um jogo de futebol relâmpago entre o CAT da Companhia dos Telefones, campeão continental do campeonato da FNAT, e o Grupo Cultural de Santa Maria, campeão insular. *A Bola* fez questão de descrever a constituição das equipas e relatar brevemente o jogo, que os trabalhadores da Companhia dos Telefones venceram por 1-0. Para finalizar a grande inauguração, realizou-se um desfile de nove ranchos folclóricos vindos de diferentes pontos do país. Uma das áreas decisivas no quadro da acção cultural da FNAT era a da chamada cultura popular, aqui entendida como a “cultura tradicional do povo”. A instituição procurava promover e apoiar aquilo que, numa perspectiva relativamente imobilista, considerava ser a verdadeira cultura do povo português. No mesmo dia à noite, a FNAT organizou, para celebrar o novo estádio, um festival de folclore no Pavilhão dos Desportos, cujo ambiente foi assim descrito pelo jornalista do *Diário de Notícias* (p.5): “O perfume, a cor, o ritmo, a poesia singela mas real da alma do povo nas suas expressões musicais, coreográficas e tradicionais em função das características étnicas e geográficas.”

Na envolvente do Estádio da FNAT, a dezenas de metros do local onde dançaram e tocaram os elementos dos ranchos folclóricos, representantes de um Portugal profundo, muitas vezes inventado e retocado, e onde chegaram mesmo a desfilar algumas cabras, erguiam-se alguns dos mais importantes exemplares da arquitectura moderna portuguesa, influenciada pelos princípios determinados pela Carta de

Atenas de 1933. O contraste não deixava de traduzir algumas das contradições que marcavam a vida do país e do regime que o governava.

Novo urbanismo para novas classes

Se o Estádio da FNAT fora pensado como um edifício para servir os objectivos de promoção do tempo livre dos trabalhadores, preocupação inscrita na dinâmica mais ampla do corporativismo português, é impossível concebê-lo como uma unidade separada da malha urbana envolvente. A circunstância de o estádio ter sido erguido num espaço novo da cidade, construído de raiz sobre terrenos praticamente desocupados, servindo os ritmos de um quotidiano rural, garantia-lhe uma condição bastante particular. À volta do novo recinto desportivo da FNAT encontrava-se uma das experiências de planeamento urbano mais importantes do século XX português.

A construção de habitação social em Lisboa apenas durante a década de 1930 se impôs de forma assinalável. Depois das primeiras vilas operárias de iniciativa privada (a primeira, de Campo de Ourique, em 1880), guiadas por ideias de filantropia mas também por ambições de controlo social das classes trabalhadores, a I República lançou um conjunto de projectos de intervenção urbana. Os poucos que avançaram foram apenas concluídos já em pleno Estado Novo, como é o caso do bairro do Arco do Cego e do Bairro da Ajuda. Nos anos de 1930, já por iniciativa do novo regime, vários projectos foram concretizados. A habitação social preconizada pelo Estado Novo, traduzida na arquitectura das casas e na função das suas diversas componentes, revelava então uma concepção de

sociedade alicerçada num núcleo familiar pouco ambicioso, distribuído por divisões pequenas que completavam casas também elas de tamanho reduzido. As moradias unifamiliares ambicionavam isolar a família, circunscrever os contactos sociais e prolongar uma imagem pastoral do país, mesmo em pleno meio urbano, por intermédio da construção de jardins, muitas vezes transformados em quintais e hortas. O modelo da “cidade jardim” inspirava arquitectos e urbanistas, adequando-se na perfeição às políticas que o regime considerava serem ideologicamente mais adequadas para suprir a falta de habitação nas grandes cidades.

A mesma década de 1930 foi um período de grandes investimentos infraestruturais em Lisboa. A construção da marginal entre a capital e o Estoril, a criação do Parque de Monsanto, a concentração da população operária na zona oriental da cidade, a promoção da construção privada para a classe média, a aposta em moradias unifamiliares para a pequena e média burguesia urbana, traduzida nos bairros do Restelo e Alfragide, marcaram a época (Janarra, 1994: 119-120). Esta fase caracterizar-se-ia, já depois da Segunda Guerra Mundial, ainda pela construção de grandes equipamentos públicos, escolas, hospitais, o aeroporto, o Parque Eduardo VII, a cidade universitária

A vigência do Duarte Pacheco a partir de 1938 na presidência do município da capital, em acumulação com a pasta das Obras Públicas, foi um período de grandes transformações na cidade, marcando definitivamente a história da intervenção do Estado em Portugal na área da habitação e planeamento urbano. Uma política generalizada de expropriações permitiu aos serviços públicos o desígnio da planificação. No que respeita às políticas de habitação social, em menos de uma década e com o suporte de diversos diplomas legislativos, foram construídos diversos bairros respeitando diferentes tipologias (casas económicas, casas para famílias pobres e casas desmontáveis). Surgiram assim, em 1937, o

Alvito e a Quinta do Jacinto, em 1938, Belém, o Caramão da Ajuda e a Quinta das Furnas, em 1939, a Quinta da Calçada, em 1939-40, o Alto da Boa Vista, em 1940, o Alto da Serafina e a Encarnação, em 1942, a Madre Deus, e, em 1943, Campolide (Costa, 2006: 17). Muitos destes bairros, ao invés de responderem às necessidades das classes mais baixas, acabaram por ser ocupados por indivíduos e famílias provenientes das redes sociais do pequeno funcionalismo público, sustentáculo social do regime.

Uma das áreas de intervenção previstas pelos planos era precisamente a sua parte Norte. Desde meados da década de 1930 que foram sendo elaborados vários planos de expansão da cidade, o mais importante dos quais realizado em 1938. O Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa foi influenciado pela visão do arquitecto e urbanista de origem russa Etiénne De Groer, responsável pela sua elaboração. A expansão setentrional da cidade era um dos eixos de intervenção previstos no plano de 1938. Para a área de Alvalade foi realizado em 1942 um estudo preliminar, já com a participação do arquitecto Faria da Costa. Este trabalho seria alterado em 1944 (Costa, 2006: 27) e concluído em 1945, quando surgiu enfim o plano que serviria de base à construção do que viria a ser o Bairro de Alvalade.

Os princípios de intervenção inerentes ao «Plano de Urbanização a Sul da Avenida Alferes Malheiro» foram descritos em 1948 com a publicação pela Câmara Municipal de Lisboa de *A Urbanização do Sítio de Alvalade*, (Lisboa, Setembro de 1948, Câmara Municipal de Lisboa). O novo bairro ocupava uma área de 230 hectares, “delimitada a norte pela Avenida do Brasil – até há pouco tempo Alferes Malheiros –, a nascente pela Avenida do Aeroporto, a sul pela linha férrea da cintura (continuação da linha de Sintra até ao Areeiro) e a poente pela Rua do Campo Grande e a Rua de Entrecampos (Avenida da República).”

Neste texto, vinculava-se a intervenção em Alvalade à acção da Câmara como instrumento de renovação urbana. Não seria possível, porém, conceber de raiz um bairro de iniciativa estatal sem um quadro legislativo que possibilitasse ao Estado construir habitação social. Em 1945 actualizara-se a lei das casas de renda económica, instrumento elementar de uma política de habitação social que sempre se revelara insuficiente para combater a afluência de populações à cidade. O Plano de Alvalade pretendia precisamente, “segundo os mais recentes progressos da ciência da urbanização”, (CML, 1948: 6) travar “o agravamento da crise da habitação”. Um dos objectivos desta intervenção era realojar populações que haviam ficado sem casa depois da renovação urbana que afectou um conjunto de quarteirões entre o Rossio e o Socorro, na zona da Mouraria. Segundo as estimativas iniciais, o novo bairro iria alojar 45.000 pessoas distribuídas por casas com tipologias diferenciadas e consequentemente diferentes formas de contratualização. A diversificação das tipologias das habitações, que combinavam casas de renda económica e casas de renda controlada, construção em altura e moradias unifamiliares, investimento público e privado, assentava na ideia de misturar nesta nova área da cidade populações de origem social diversa (CML, 1948: 11). A diversidade de casas era também uma forma de viabilizar o conjunto do projecto, entregando-se parte da construção e comercialização à iniciativa privada. O investimento público seria maioritariamente suportado pela CML, que estabeleceu um contrato com a Federação das Caixas de Previdência em que esta disponibilizava milhões de escudos. A CML designava os ocupantes de 60 por cento das casas económicas, e as restantes 40 por cento poderiam ser alugadas aos beneficiários das Caixas (CML, 1948: 15). De acordo com o plano, cada célula comportaria 5.000 residentes. No total de habitantes previsto, que viria rapidamente a ser ultrapassado, 31.000 ocupariam casas de renda económica (prédios de 3 a 4 pisos), 2.000

moradias unifamiliares de renda económica, 9.500 habitações colectivas de renda livre e 2.500 moradias particulares (Janarra, 1994: 147, Costa, 2006: 33).

A coexistência social como problema ideológico

A concepção de um bairro socialmente diverso foi desenvolvida não apenas pela lógica inerente à malha de ruas e arruamentos mas também pela existência de equipamentos públicos organizadores do espaço, variáveis determinantes nos movimentos das populações locais. Como referia o documento em que se descrevia a urbanização do sítio de Alvalade, “às escolas primárias – elemento central em cada célula da grande zona – seguir-se-ão no momento oportuno os mercados, os liceus, a igreja, as creches, as instalações de serviços públicos, serviços sociais, as instalações de recreio, os parques, os campos de jogos, todos os elementos enfim necessários ao funcionamento harmonioso do complexo ser vivo que é uma grande urbe.” (CML, 1948: 8) Os equipamentos de interesse público mais importantes deveriam poder ser usufruídos pelos habitantes espalhados pelas oito células que compunham o Bairro de Alvalade. A lógica do zonamento funcional era a de separar a indústria, o comércio e os espaços de trabalho das zonas de residência (Costa, 2006: 170-171).

Esta lógica não deixava de ir ao encontro dos objectivos sociais do regime. Como refere Pedro Janarra, interessava ao poder político criar classes médias estáveis, parcialmente constituídas por médios e pequenos funcionários do Estado (Janarra, 1994: 191). A mistura social ambicionava evitar cortes bruscos entre o quotidiano de classes sociais, situação que vincaria os contornos dos grupos e proporcionaria mais facilmente uma hipotética mobilização política. Apesar do número de casas de renda económica, o Bairro de Alvalade não era um lugar para os lisboetas mais

pobres (Janarra, 1994: 192), estabelecendo-se como um mosaico representativo da estratificação das diversas classes médias em formação. Como nota Luís Baptista, o Bairro de Alvalade torna-se num momento de reconversão do modelo de habitação promovida pelo Estado, assinalando a importância do planeamento como forma de resolver o problema urbano, uma questão mais técnica e, no sentido tradicional da palavra, que não esgota o seu significado mas apenas o torna mais opaco, menos ideológica (Baptista, 1999: 2006).

De entre os espaços públicos, onde se incluía o parque de jogos que se tornaria mais tarde no Estádio da FNAT, alguns, como o Centro Social e o Centro Cívico, nunca chegaram a ser construídos. As obras no bairro começaram em 1946, com a construção dos arruamentos e do traçado geral (Costa, 2006: 43), processo que terminaria no ano seguinte, quando se assinalou o início da edificação das casas de renda económica. Concebida para durar seis anos, a construção do bairro acabaria por persistir por mais de duas décadas. Nos terrenos circundantes ao Estádio da FNAT, nomeadamente na zona de casas de renda económica localizada entre a Avenida de Roma e a Avenida do Rio de Janeiro, a sul da Avenida da Igreja e a norte da Avenida Maria Amália Vaz de Carvalho, a construção passou por duas fases. A primeira entre 1949 e 1950 e a segunda entre 1950 e 1954 (Costa, 2006: 54). Quando o estádio foi inaugurado já a malha urbana envolvente se encontrava praticamente estabilizada.

O espaço urbano traçado por Faria da Costa reflectia uma influência moderna e funcionalista, caracterizada, como nota Pedro Janarra, pelas fachadas limpas, a monocromia e a redução das formas ao essencial, evitando os elementos decorativos (Janarra, 1994: 153). A mesma concepção moderna era visível no interior das casas (Janarra, 1994: 154). Esta matriz inicial foi desenvolvida por intermédio de diversos planos de construção elaborados por um conjunto vasto de arquitectos que

transformaram o Bairro de Alvalade num espaço formalmente diversificado, onde coexistiam os exemplos das moradias unifamiliares inspiradas no conceito de cidade-jardim e a construção em altura, modernista, expressão dos princípios determinados pela Carta de Atenas e também, no contexto nacional, dos importantes debates do Congresso de Arquitectura de 1948. Como refere João Pedro Costa, o bairro de Alvalade tornou-se num “exemplo eclético de desenho urbano”, onde se encontram, “diferentes conceitos urbanísticos retirados de diferentes modelos de cidade e de diferentes experiências”, (Costa, 2006: 9), onde se junta a “cidade tradicional e a cidade moderna”. No conjunto de Alvalade as propostas mais modernistas surgiram num período mais avançado de construção. A Avenida dos Estados Unidos da América inclui vários projectos marcantes, edificados em altura, tipologia também encontrada em alguns edifícios da Avenida do Brasil. O Bairro das Estacas, projecto de 1953 do arquitecto Ruy Atouguia (1917-2006), estabeleceu-se como outro dos marcos arquitectónicos de Alvalade, bem como o conjunto de casas construído na Avenida D. Rodrigo da Cunha.

No quadro modernista que assinalou a última fase de construções em Alvalade, o Estádio da FNAT não se destacava. A sua estrutura representava um modelo antigo, ideologicamente marcado. E no entanto é no ambiente de um bairro moderno que o estádio vai coexistir com a cidade.

Os tempos livres da ditadura

A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho foi criada em 1935 pelo Estado Novo. Organização de tempos livres para trabalhadores, a FNAT foi concebida de acordo com os modelos de organizações semelhantes existentes na Itália e na Alemanha, respectivamente a Opera Nazionale Dopolavoro, que surgiu em 1925 no quadro do regime de Mussolini, e a Kraft Durch Freude, criada em 1933 pelo poder nacional-socialista, cujo nome, “Força pela Alegria”, inspirou a designação da instituição portuguesa (Valente, 1999). De acordo com o decreto que a criou, a FNAT devia promover “o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral” (Dec. N.º 310336).

A FNAT integrava-se na dinâmica do corporativismo português, desempenhando um papel particular na regulação das relações entre capital e trabalho. A sua área de acção revelava a importância dos tempos livres na organização do quotidiano dos trabalhadores. Imaginando-se a vida colectiva de forma unificada, a ocupação do tempo livre exercia uma influência sobre a actividade laboral dos indivíduos. O governo desejava que estes dois espaços da existência humana não se tornassem conflitantes. Pelo contrário, ambicionava que o Estado, tratando da ocupação desta esfera do quotidiano, melhorasse a relação do trabalhador com a sua função conseguindo, simultaneamente, atenuar possíveis conflitos laborais e aumentar a produção no trabalho.

A FNAT actuava nas áreas educativa (formação, bibliotecas, conferências), cultural (visitas de estudos, sessões de cinema, horas de arte), desportiva e sócio-económica (organização de colónias de férias, passeios, excursões e viagens, criação de refeitórios económicos). No

espaço rural, a FNAT procurou explorar as formas de relação social tradicional, preservar a cultura, mesmo que à custa de uma invenção da tradição, e manter uma hierarquia considerada natural. Na cidade, já “corrompida” pela idade moderna, e sobretudo produtora de uma nova hierarquia resultante de um sistema de produção diferente, fundado no assalariado moderno e imerso numa complexa realidade urbana, o Estado devia agir mais energicamente, criando instituições de mediação e intervindo sobre relações sociais que, se mal controladas, poderiam dar origem a perigosas convulsões.

A partir de meados da década de 1950 a FNAT registou um crescimento significativo, no número de sócios, no património e nas suas actividades. Em 1950 havia 47.117 sócios, 81.998 em 1960, 111.196 em 1965 e 158.775 em 1970 (Domingos, 2007: 68). Este aumento da actividade da actividade geral da FNAT a partir de meados da década de 1950 revelava um país em transformação. O crescimento do espaço urbano, nomeadamente das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e a diversificação profissional, decorrente de uma mais complexa divisão social do trabalho, geraram o caldo necessário ao desenvolvimento de uma organização que se ocupava dos tempos livres.

A massificação do lazer urbano a uma escala restrita, contraída pelos limites do desenvolvimento estrutural do país, garantiu à FNAT um espaço de acção mais propício, embora em competição com a crescente oferta sustentada no investimento particular. A actividade da Fundação, em certo sentido, distinguia-se de outras instituições de regime. A propaganda explícita, a acção doutrinária, evidentes no Secretariado da Propaganda Nacional ou no seu sucessor, o Secretariado Nacional de Informação, na Mocidade Portuguesa, na Legião Portuguesa, na PIDE (a polícia política), no mecanismo da censura, deram o lugar a uma ideologia mais subtil,

assente na oferta de serviços aos trabalhadores e na regulação dos seus tempos quotidianos.

A era do desporto de bancada

O estádio da FNAT foi o último recinto desportivo de grande escala a ser construído durante a década de 50. O decénio iniciara-se com a edificação do Estádio 28 de Maio em Braga, em 1950, um estádio nacional para o Norte, apresentando traços arquitectónicos denunciadores da ideologia da forma presente no Estádio Nacional (n. 1944), substituto grandioso do menos “digno” campo das Salésias. O Estado inauguraria ainda em 1956 o Estádio Universitário de Lisboa. As funções destes estádios, reflectindo as intenções da política desportiva, educativa e social do regime, distinguiram-se dos usos perfilhados para os estádios dos maiores clubes de futebol portugueses, inaugurados nessa década. Em 1952, o Futebol Clube do Porto inaugurou as “Antas”, em 1954 o Benfica estreou a “Luz” e dois anos depois seria a vez de Sporting (“José de Alvalade”) e Belenenses (“Restelo”) ocuparem os seus novos espaços desportivos.

Depois de décadas a jogar em recintos precários ou, como se referia na altura, “com as balizas às costas”, a construção dos estádios dos mais populares clubes de futebol provava a força destas colectividades desportivas, na altura já eixos indiscutíveis de uma cultura popular urbana em crescimento, que o regime, mesmo sendo contra os princípios desportivos por elas emanados (o profissionalismo, a comercialização, as imagens de enriquecimento fácil que penetravam a mundividência das classes populares), não podia contrariar. O poder destes clubes não deixava

de revelar um crescimento bastante assimétrico do associativismo, fundado mais no consumo desportivo, como grande espectáculo urbano alimentado pelos *media*, do que propriamente da promoção da prática desportiva. Esta situação repercutia-se na existência difícil de centenas de pequenos clubes por todo o país, carentes das mais básicas condições. Face a esta situação de miséria, o apoio dado pelo Estado aos grandes clubes de futebol a partir da década de 1950, traduzido em ajudas financeiras para a construção dos estádios, não deixava de marcar um grosso contraste. Apesar deste apoio, a construção dos novos estádios foi em grande parte suportada pelo esforço dos sócios e adeptos dos clubes. Malgrado as contribuições e o aproveitamento político, sobretudo no momento das inaugurações, estes edifícios não eram projectos de regime. A sua ideia arquitectónica e os usos para os quais eram consagrados, acomodar massas de adeptos unificadas pela força social do futebol, contrastavam com a lógica formal e as funções de representação ritualizadas do poder que caracterizavam os estádios do regime.

No estádio da FNAT, apesar das características que o faziam assemelhar, a uma escala reduzida, ao recinto do Vale do Jamor, tratava-se de erguer um espaço de prática intensiva e não espectacular, um recinto de ocupação de tempos livres para trabalhadores, um equipamento público que participava nos objectivos mais vastos das políticas sociais do Estado Novo. Diferenciando-se dos palcos para onde os grandes emblemas do futebol português arrastavam os seus adeptos, o estádio da FNAT perseguia objectivos que, apesar da notada semelhança arquitectónica, contrastavam com os aqueles que eram intrínsecos ao Estádio Nacional. Em certo sentido, eles representavam duas faces distintas do poder que governava o país desde 1926.

Contradições de um projecto

Em Abril de 1959, Manuel Dias Fonseca, presidente da Assembleia Geral do Atlético Clube de Alvalade, fundado dez anos antes e constituindo-se assim como um dos primeiros eixos de uma sociabilidade local, escrevia no boletim do clube, na interessante rubrica “Problemas do Bairro”, acerca da importância da criação entre os moradores de Alvalade de uma “consciência de bairro” assente na “necessidade de os habitantes não terem que se deslocar”. Esta necessidade deveria ser suprida pela existência “do cinema, de mercados, as escolas, a igreja e deste clube” (Fonseca, 1959: 4). Praticamente um ano antes de este artigo ser publicado, o autor já abordara a mesma questão: “Vive nesta cidade nova toda uma classe média (médicos, advogados, oficiais, magistrados, empregados comerciais, etc), classe média que aspira pela satisfação de todas estas condições mínimas da vida moderna mas que não é tão endinheirada que possa procurá-las e satisfazê-las a grandes distâncias; é indispensável que sejam instalados... [equipamentos] ...nas próprias zonas de habitação, de estranhar é que o não tenham sido, pois, como se disse no início, todos estes terrenos estavam livres para uma urbanização capaz” (Fonseca, 1958: 4).

O papel que o novo equipamento público erguido em Alvalade pela FNAT poderia desempenhar na criação desta consciência de bairro é antecipado pelo autor no mesmo artigo, quando afirma que o estádio em construção seria um equipamento urbano subordinado ao interesse dos associados da FNAT, não servindo a população em volta que não estivesse nessas condições. Durante a publicação deste boletim, até 1964, apenas há

uma referência ao Estádio da FNAT. O Clube de Alvalade queixava-se que os sócios da FNAT haviam ficado com um horário do tanque dos bombeiros, onde decorriam aulas de natação, que pertencia ao clube. Perante tal situação questionava: “Por que é que a FNAT não constrói uma piscina?” (Boletim do CAA, Julho-Agosto de 1961: 1).

Projecto desenhado de acordo com os objectivos de uma instituição de ocupação de tempos livres dirigida aos trabalhadores portugueses, o quotidiano do Estádio da FNAT parecia responder mais aos desígnios institucionais do que à dinâmica de sociabilidade inscrita no novel bairro lisboeta. É esta dinâmica institucional, produtora de práticas desportivas mas também de movimentos urbanos, que importa, deste modo, perscrutar.

Desde que surgira em 1935, a FNAT procurara organizar um conjunto de iniciativas na área do desporto. Logo depois da sua criação foram formadas classes de ginástica destinadas a operários. Nessa altura, como é salientado numa publicação oficial da instituição, “não existiam locais apropriados para a prática da ginástica, nem sequer as mínimas condições indispensáveis: foi necessário improvisá-los.” (FNAT, X anos; 11). Para além da ginástica, os desportos foram progressivamente institucionalizados. Em 1940 teve início o primeiro campeonato de futebol corporativo, que reuniu 22 equipas e 483 jogadores. Em 1944 a competição já envolvia 43 equipas e 827 jogadores. Os campeonatos de basquetebol começaram em 1941, os de ténis de mesa e os de tiro em 1942, os de natação em 1944, no mesmo ano do lançamento do campeonato nacional da FNAT de atletismo. As competições de voleibol iniciaram-se em 1945. Neste período a FNAT geria dois ginásios em Lisboa, um em Alcântara e outro na Mouraria. A actividade desportiva da fundação continuou a crescer nos anos seguintes. O campeonato de ciclismo data de 1946 e o de andebol de 1949. A Fundação criara entretanto um Gabinete Médico onde

os atletas participantes nas provas por ela organizadas eram inspeccionados.

O Regulamento Geral do Desporto Corporativo, publicado pela FNAT em 1946, organizava todos os desportos promovidos pela Fundação segundo as diversas categorias, prescrevendo normas gerais de funcionamento. Só podiam participar maiores de 18 anos, desde que não inscritos em associações ou federações desportivas. Os trabalhadores teriam de ter uma carteira desportiva passada pela FNAT e ultrapassar os exames médicos. Os campeonatos tinham um âmbito nacional e distrital, sendo os primeiros disputados em Lisboa.

No período de tempo até à inauguração do estádio em Alvalade, a instituição manteve regularmente diversas competições desportivas. A construção do estádio em Alvalade estabelecia-se como uma etapa crucial para o desenvolvimento desta área de acção da FNAT. Ainda assim o novo equipamento estava longe de suprir as necessidades da instituição. No relatório e contas da FNAT relativo ao ano de 1960 afirmava-se: “Um parque de jogos bem apetrechado não é condição suficiente para que possam desenvolver-se estas actividades. Os trabalhadores encontram-se espalhados, muitas vezes, na periferia dos centros urbanos, onde geralmente não só escasseiam os transportes como o encargo para qualquer deslocação afecta sensivelmente o orçamento familiar. Desta forma, não se torna viável um desenvolvimento maciço destas actividades sem que se disponha de grande número de parques desportivos bastante disseminados, principalmente na província” (p. 19).

Mais competição, menos ginástica

A necessidade de criar novos espaços prendia-se também com a urgência de a FNAT se adaptar ao padrão de procura desportiva evidenciado pelos

seus associados. Os trabalhadores demonstravam uma preferência pelos desportos colectivos de competição, em detrimento das actividades gímnicas. Tal opção constituía-se como um dos maiores contratempos da política desportiva da instituição. Prosseguindo um modelo que caracterizou as políticas desportivas oficiais durante grande parte do Estado Novo, a FNAT separava as actividades físicas entre a educação física e os desportos. Dimensão nobre da prática desportiva, a educação física era alicerçada nas qualidades educativas e morais atribuídas à ginástica (Macedo, 1944). Foi assim com insistente mágoa que os relatórios e contas da FNAT, quando se referiam à actividade desportiva, denunciavam o desinteresse dos trabalhadores pela ginástica. A situação era ainda mais incómoda porque a instituição se esforçava por organizar cursos e colocar gratuitamente, nos CAT e nos CRP, professores de ginástica ao serviço dos trabalhadores. Esta luta seria, porém, inglória. Apenas em alguns contextos rurais, nas Casas do Povo e em organizações de bairro, a ginástica alcançava resultados menos negativos (Relatórios e Contas da FNAT, 1968 e 1971).

Inversamente, aos desportos estava reservada uma intensa popularidade. A situação confirmava a natureza urbana da FNAT, bem como a ideia de que a ocupação de tempos livres seria uma empresa bem sucedida se os trabalhadores retirassem algum prazer disso. A ginástica, no quadro da lógica imposta pela ideologia da educação física, podia facilmente assemelhar-se à regularidade dos movimentos do trabalho. Era natural que os jogos, momentos de sociabilidade que rompiam mais evidentemente com o quotidiano laboral, se tivessem tornado mais populares. Tal realidade, acentuando-se de ano para ano, tornava inadiável a criação de espaços para os trabalhadores desenvolverem a sua apetência pelos desportos colectivos. Grande parte das equipas estava baseada em empresas públicas e privadas, num período de grande crescimento das

actividades económicas urbanas, sobretudo nos sectores secundário e terciário.

A Fundação vai enfrentar esta situação durante a década de 1960, período que marcou uma ruptura importante na organização do desporto corporativo. Em grande parte esta ruptura foi proporcionada pela atribuição à FNAT, em 1961 de uma percentagem das receitas do jogo de apostas mútuas Totobola (DL, n.º 43.777, de 3/7/61), medida muito celebrada entre muros, como assinala o relatório e contas desse ano: “Milhares de trabalhadores de todas as categorias sociais e dos mais recônditos pontos do País irão ter a possibilidade de praticar o seu desporto favorito, seja ele qual for, sem o intuito imediato de proporcionarem um espectáculo a terceiros.”

A aplicação do dinheiro do Totobola vai revelar a importância da construção de novos equipamentos desportivos, num quadro nacional bastante depauperado no que a essa questão dizia respeito. O investimento da FNAT concentrou-se na projecção de um conjunto de recintos gimnodesportivos. Num contexto em que havia a necessidade de promover um grupo vasto de modalidades, o estádio era uma infra-estrutura pouco funcional e com uma baixa percentagem de utilização por espaço ocupado. O gimnodesportivo, pelo contrário, permitia a prática intensiva de diversas modalidades num espaço relativamente pequeno, pelo menos quando comparado com a dimensão de um estádio. A expansão da FNAT na área do desporto durante os anos 60 alicerçou-se em grande medida na construção de gimnodesportivos, suportada pelos dinheiros do Totobola.

No final do ano de 1962) a FNAT transmitiu aos seus CAT e CRP, e também às Casas do Povo, a necessidade de se apetrecharem com instalações que possibilitassem a prática do desporto (Relatório e Contas da FNAT, 1963: 16). A sede pediu informações acerca de terrenos disponíveis, realizou-se um questionário, avaliou-se o mesmo e foi

estabelecido um plano quinquenal dotado da quantia anual de 3.000 contos. Os critérios de aplicação deste plano privilegiavam a construção de instalações polivalentes que permitissem a prática de alguns dos desportos mais procurados: hóquei em patins, voleibol, basquetebol, badminton e andebol. Este esforço da FNAT começou a ter resultados palpáveis em 1967, quando foi inaugurado o polidesportivo de Guimarães. No ano seguinte foi a vez da Guarda e em 1969 foi aberto aos associados da FNAT o Parque Desportivo Salazar em Ramalde, no Porto. Este equipamento era a face nortenha do Parque de Alvalade, já que incluía um campo de futebol e uma pista de atletismo. Também em 1969 novos gimnodesportivos surgiram no Cartaxo, em Salvaterra de Magos e em Muge. Em 1970 foi a vez do campo polivalente de S. Vicente do Paúl e do Pavilhão Gimnodesportivo da Azinhaga (distrito de Santarém), e em 1972 do pavilhão gimnodesportivo da Covilhã. O investimento nos gimnodesportivos foi acompanhado, de forma mais tímida, pela construção de complexos de piscinas: em 1969 no Cabedelo e em 1972 na Costa da Caparica, junto às instalações do Parque de Campismo.

Um desporto masculinizado

O crescimento significativo das verbas dirigidas à actividade desportiva acabaria por beneficiar também o Estádio da FNAT. Em 1965 foram construídos, de acordo aliás com o plano de 1945, dois campos de ténis com os respectivos balneários, o que permitiu a organização de uma escola de ténis durante os meses de Verão. Nessa altura a FNAT já promovia também uma escola de atletismo. Faltava ainda, para a conclusão do projectado, e como referia o relatório e contas de 1965, a iluminação de todo o parque, a instalação sonora, o parque infantil, o pavilhão gimnodesportivo e a piscina (p.28). Em 1964-65 frequentaram o estádio

39.633 atletas, embora 25.750 destes o tenham feito no contexto da realização de festivais. O estádio respondera mais a uma utilização ocasional e ritualista do que propriamente a uma procura regular. Dos desportos praticados destacava-se o futebol, com 7.235 atletas; 2.240 jogaram andebol de 7, 1.042 treinaram na escola de atletismo, 519 praticaram andebol de 11, 1.671 atletismo, 505 basquetebol, 333 voleibol e 392 em ténis. Os atletas beneficiavam já na altura da construção de dois campos polivalentes descobertos, iluminados e com balneários.

Uma das características mais relevantes das práticas desportivas promovidas pela FNAT, de acordo aliás com a concepção oficial do regime, era a sua masculinização. Dos desportos organizados cabia apenas às mulheres a participação em classes de ginástica, separadas dos homens, e a prática do voleibol. Reproduzia-se desta forma um conjunto de estereótipos sobre o desporto feminino que se traduziam na prática desportiva escolar, de acordo com os currículos da disciplina de educação-física, e nos propósitos que enformavam a acção da Mocidade Portuguesa, separada nos ramos masculino e feminino. A prática desportiva realizada pelas mulheres, se não controlada, poderia revelar-se moralmente reprovável, afastando-a do lar, além de contribuir para a masculinização de um corpo feminino idealizado como sensível. Evitando-se os maiores esforços corporais, remetiam-se as mulheres para a prática da ginástica, sobretudo nas suas modalidades menos exigentes. Neste contexto ideológico, o voleibol era o menos reprovável dos desportos, já que era o único que evitava o contacto corporal entre as jogadoras das suas equipas. As outras modalidades, idealmente mais viris e competitivas, eram consideradas inadequadas para as mulheres.

Nessa época, quando a afluência de trabalhadores para a cidade ia aumentado consideravelmente, a FNAT insistia na sua vocação para coadjuvar os esforços de produtividade. Em 1967, a instituição publica um

conjunto de 10 volumes, designado *Finalidades e Normas da Ginástica para Trabalhadores*, onde se procurava adequar os exercícios físicos a diferentes profissões. O seu autor, o professor de Educação Física António Rocha, num dos volumes, salientava a importância, para os países em vias de desenvolvimento, de uma “preparação adequada dos especialistas e trabalhadores qualificados para as várias actividades dos diversos ramos, e, consequentemente, favorecer o desenvolvimento económico em que todos os países andam empenhados” (Rocha, 1967: 26).

Em 1968 ocorreu uma importante mudança no quadro da organização desportiva do estádio de Alvalade. A utilização do recinto passaria “a ser paga e fixadas em Ordem de Serviço as taxas para cada modalidade” (Relatório e Contas da FNAT, 1968: 37) Segundo o mesmo relatório, tal deliberação não parece ter diminuído a afluência dos atletas (idem). Já sob estas novas regras a Federação de Atletismo solicitou a utilização do estádio para várias competições. As equipas que participavam nos campeonatos corporativos podiam alugar os equipamentos para os seus treinos. O estádio, embora maioritariamente usado no decorrer das competições da FNAT, passava a consagrar outro tipo de uso.

Entretanto, a FNAT empregava o recinto para realizações excepcionais, como os I Jogos Desportivos do Trabalho, que comemoraram em 1962 o 29º aniversário da Promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional (entre 23 e 27 de Setembro). Tomaram parte 78 centros e jogou-se andebol de sete, atletismo, basquetebol, futebol e voleibol. Na inauguração esteve o Presidente da República, os ministros das Corporações, da Educação e do Interior, o subsecretário das Corporações, o presidente da Câmara Corporativa, o presidente da CML e outros. Em 1966, a segunda edição dos Jogos Desportivos do Trabalho proporcionou mais um momento de celebração corporativa. Os rituais do regime regressavam esporadicamente às bancadas do Estádio da FNAT, repetindo-

se as paradas, os gestos ordenados, a presença dos notáveis na tribuna. Nessa altura o recinto transformava-se em sala de visitas.

Um recinto prematuramente obsoleto

Em 1971 efectuaram-se estudos para a construção de um campo de mini-golfe e de um pavilhão desportivo em Alvalade (conforme indicado no respectivo relatório e contas). Nesse ano haviam frequentado as instalações desportivas da Fundação 269.934 utentes, o que representava um dramático crescimento em relação aos 113.457 do ano transacto. A diferença explicava-se pelo acordo realizado entre a FNAT e o Ministério da Educação, que possibilitava aos alunos de várias escolas frequentar as instalações desportivas da Fundação. (Relatório e Contas da FNAT, 1972: 65-66). Dos 54.201 utentes que usufruíram do estádio, parte importante seria composta por estudantes. Os desportos mais praticados em Alvalade eram na altura, por ordem decrescente de grandeza, o andebol (11.469), o atletismo, (8.227), o futebol, (7.096), o ténis, (4.035), a ginástica (1.623) e o basquetebol (24).

Estes números revelavam-se frágeis, no entanto, se os compararmos com os alcançados pelo gimnodesportivo da FNAT em Guimarães. Ocupando um espaço consideravelmente mais pequeno, este equipamento chegara aos 116.065 utentes (Idem: 66).

A diferença era significativa. Em Alvalade, a área substancial ocupada pelo estádio no contexto do moderno bairro lisboeta não se repercutia numa actividade desportiva intensa, ou pelo menos não tão dinâmica como a demonstrada por um simples pavilhão gimnodesportivo. O processo de transformação da actividade desportiva da FNAT durante a década de 1960, baseada na construção de um conjunto de novos equipamentos, não tinha de certa forma chegado ao Parque de Alvalade,

mais um símbolo da grandeza de uma organização do que propriamente um espaço de verdadeira democratização da prática desportiva. Só depois do 25 de Abril de 1974 é que surgiram as condições que possibilitaram ao recinto desportivo consolidar uma maior diversidade da oferta, aproximando-se de níveis de funcionalidade que até então não conseguira abraçar.

Mas antes destas transformações, de âmbito desportivo, outras circunstâncias tornariam o estádio da FNAT em protagonista da história portuguesa.

II. 1974-1978 Palco para a Política de Massas

A arena de um país novo

A revolução de 25 de Abril de 1974 deu nova vida ao Estádio da FNAT. Uma semana depois do derrube do Estado Novo, então liderado por Marcelo Caetano, o recinto assumiu um papel destacado na história portuguesa contemporânea, ao receber as centenas de milhares de pessoas que participaram na grande manifestação do 1.º Maio em Lisboa. O percurso, iniciado na Alameda D. Afonso Henriques, terminou no estádio da FNAT, local onde pela primeira vez, de forma organizada, sindicalistas e políticos falaram às massas depois do fim do regime. A manifestação trouxe ainda um novo nome ao recinto, desde então designado oficialmente Parque de Jogos 1.º de Maio. O primeiro nome próprio do estádio invocava

essa jornada histórica mas também o dia do ano que por consenso internacional é considerado Dia do Trabalhador (por ironia, a FNAT editara nos anos 30 um jornal para trabalhadores, de natureza doutrinária, informativa e cultural, chamado justamente *1.º de Maio*, que se extinguiu devido à subida dos custos de produção da imprensa à época da Segunda Guerra Mundial).

A inflexão da história portuguesa transformou um parque de jogos corporativo, que vivia no ritmo pouco agitado das competições da FNAT, no centro das atenções do país. O agora Estádio 1.º de Maio passou, pela força da História, a ser um palco de projecção nacional, representação situada de um movimento mais vasto que a televisão, a rádio e a imprensa iriam redimensionar espectacularmente. Do Estádio 1.º de Maio, o novo país mostrava-se também ao mundo, tornando-se por momentos num espaço da política global. Portugal fora invadido por fotógrafos e jornalistas vindos dos mais diversos países preparados para globalizar a revolução portuguesa – e com ela o modesto estádio de Alvalade.

Quinze anos depois da meticulosa cerimónia de inauguração, com a presença de Salazar na tribuna, a parada ao estilo imperial, o desfile de coordenadas classes de ginástica e de um conjunto de ranchos folclóricos, o 1.º de Maio de 1974 não podia ser mais contrastante, reflectindo um certo caos organizado por vontades comuns. Na impressionante fotografia de primeira página que o *Diário de Notícias* publicou no dia 3 de Maio de 1974, os contornos da arquitectura do estádio deixam de ser visíveis perante a massa que o preenche de forma completa. Dir-se-ia que o estádio desapareceu, desaparecendo com ele todos os projectos de regulação inscritos na arquitectura e nas políticas do Estado corporativo. Segundo o jornal, pelo menos 100 mil pessoas encontravam-se dentro do recinto (*Diário de Notícias*, 3/5/74: 4) para assistir ao comício. O matutino assegurava, no entanto, que no exterior do estádio estariam ainda mais, a

seguir os acontecimentos pelo som de altifalantes. *O Século* contou 150 mil pessoas dentro do estádio, do meio milhão que considerara ter participado na manifestação (*O Século*, 3/5/74: 17). O *Diário de Notícias* avançava com um número ainda maior: um milhão de pessoas festejou o 1.º de Maio nas ruas de Lisboa. Quando os discursos se iniciaram muita gente não havia ainda começado a desfilar. Na legenda de uma fotografia de Eduardo Gageiro publicada em *O Século* lia-se “Povo, massa, multidão: Portugal libertado cantando em coro, aplaudindo, vivendo as suas primeiras horas de euforia. Nem mesmo podendo acreditar.”

A forma como a manifestação se desenrolou foi inúmeras vezes saudada pelos jornais. Temia-se que, perante a primeira grande manifestação desde o fim do Estado Novo, a multidão se descontrolasse. Na primeira página do *Diário de Notícias* falava-se de um teste ao novo regime, passado com distinção: “Foi vermelho e sangrento, sim, mas apenas na profusão de cravos rubros. (...) A multidão movendo-se compassadamente, empunhando cartazes e bandeiras... toda essa massa imensa, heterogénea, diversificada, procurando as grande soluções nacionais por vias diferentes, tomou ontem o mesmo destino” (3/5/74: 1). O perigo era evidente: não havia propriamente um repertório recente que estabelecesse um comportamento elementar numa manifestação, sobretudo durante um grande movimento de massas com as características do 1.º de Maio de 1974, depois de 48 anos de vigência de um regime que reprimiu qualquer meio de contestação. Receavam-se comportamentos anti-sociais, vinganças, tumultos. O que sucedeu foi, no entanto, diferente. Perante o ruir das formas de repressão e controlo as pessoas foram para a rua, não apenas em Lisboa, e manifestaram-se de inúmeras e variadas formas dentro do tal civismo celebrado pela imprensa. O *Diário de Notícias* (3/5/74: 5) saudava a nova imagem da GNR e da PSP, cujos operacionais, “armados

de cravos”, se confundiam com o povo numa conciliação de papéis poucas vezes vista.

«Foi aqui que nós destruímos o fascismo»

Desde a Alameda, seguindo pela Avenida Almirante Reis, pelo Areeiro, pela Avenida do Aeroporto e enfim pela Avenida dos Estados Unidos da América até entrarem na Rio de Janeiro e finalmente no estádio, os manifestantes gritaram slogans e empunharam cartazes. O *Diário de Notícias* descrevia um percurso com grupos “agitando bandeiras e cartazes, cantando e dançando, (...) de lengalengas espontâneas (...) até à improvisação de canções conhecidas” (3/5/74: 5). Os portões do estádio abriram-se às 16 horas e as pessoas entraram a correr à procura do melhor lugar. Rapidamente o recinto encheu-se de variados dísticos, tornou-se um espaço para a palavra e a opinião livres empunhadas em inúmeros sentidos a apoiar as mais diversas causas. Os cartazes que acompanharam a manifestação, concluía *O Século*, “abriam-se num leque multimodo, desde as reivindicações sindicais a uma representação inequívoca das várias tendências, de várias formas de ver o mundo, por uma vez unidas na mesma festa e na mesma alegria” (3/5/74: 17). O contraste com o unísono dos rituais estadonovistas não poderia ser maior. Um repórter alemão confessava a *O Século* que vivera uma experiência única: “Nunca tinha até agora vivido nada parecido. Mesmo o ‘Maio de 68’ francês não chega a isto. Havia muita gente na rua, mas era quase tudo jovens. Aqui não, é todo o povo. Gente de todas as idades e de todas as condições. Os bairros de habitação estão despovoados. É uma verdadeira festa. Uma participação total. Uma coisa difícil de descrever” (*O Século*, 3/5/74: 18).

Nos discursos ouvidos no estádio vários oradores, ampliados pelos altifalantes para fora do recinto, trataram de institucionalizar as muitas

dezenas de reivindicações, organizando-as e, inevitavelmente, reduzindo-as e simplificando-as. Os sindicatos foram os primeiros a fazerem-se ouvir. Falaram os representantes dos sindicatos dos Lanifícios, dos Metalúrgicos e dos Caixeiros. Este último sindicalista, da tribuna do antigo estádio da FNAT, reclamou o “fim do corporativismo, sindicatos livres, direito à greve, salário mínimo nacional, o aumento imediato dos salários, fim da carestia de vida, trabalho igual-salário igual, horário de trabalho, direito a férias, reintegração de todos os trabalhadores vítimas da repressão fascista nos seus locais de trabalho e alteração radical dos sistemas de impostos”, acrescentando o direito “a uma habitação condigna, à educação e cultura, à saúde e assistência, ao vestir, ao lazer e a uma reforma justa” e terminando a apelar ao “fim do capitalismo” (Idem).

A seguir falaram os dirigentes políticos. Primeiro, Francisco Pereira de Moura, em nome do Movimento Democrático Popular (MDP). O dirigente saudou a união entre o povo e as forças armadas, o que lhe valeu uma enorme reacção do estádio. Relembrou aqueles que morreram a lutar contra o regime e enumerou as conquistas já alcançadas em apenas seis dias: “Extinção da PIDE, abolição da censura, garantia de liberdade de expressão, criação do Ministério do Trabalho, amnistia política, etc”. Notou, porém, que faltava o povo “conquistar o pão para todos, o direito de gerir as suas coisas, o direito de trabalhar em condições humanas.” Tudo coisas a conquistar. O arquitecto Nuno Teotónio Pereira, libertado da prisão de Caxias com o 25 de Abril, falou pelos agora denominados “cristãos antifascistas”, expressão que segundo ele estava mais de acordo com a acção corajosa dos antes chamados “católicos progressistas.” Criticou a hierarquia da Igreja, que constituiu o “grande sustentáculo da opressão”, e referiu que os cristãos teriam um papel importante na formação de uma sociedade socialista. Terminou referindo-se à necessidade de um imediato cessar-fogo em África, onde o anterior regime sustentava

uma guerra colonial em três frentes (Angola, Guiné e Moçambique), e exortou à “libertação dos povos nossos irmãos das colónias portuguesas”.

O penúltimo orador foi Mário Soares, em representação do Partido Socialista. Soares, recém-chegado do exílio, começou por afirmar que “valeu a pena ter lutado, valeu a pena ter sofrido para poder assistir a esta festa”, assinalando que quem a organizou foi o “povo português”, a quem ela pertence. “Foi hoje, foi aqui que nós destruímos o fascismo”, proclamou, referindo-se ao estádio. Saudou o Movimento das Forças Armadas (os militares responsáveis pelo derrube da ditadura), sobretudo o grande número de soldados e marinheiros presentes no recinto. Saudou todas as forças políticas e, virando-se para o líder comunista Álvaro Cunhal, também acabado de desembarcar em Lisboa, destacou o papel do Partido Comunista Português na “luta contra o fascismo”. Segundo a reportagem de *O Século*, “a frase é interrompida, quase inaudível nas últimas palavras, enquanto a multidão irrompe em emotivos aplausos, dos quais se destacava o slogan ‘abaixo o fascismo’.” Depois de voltar a saudar Cunhal, Soares asseverou que “agora é que as grandes dificuldades vão começar”. Exigiu um julgamento justo para com os antigos governantes e idealizou um “governo social, cimentado nos partidos de maior amplidão popular: o comunista e o socialista”. Terminou defendendo um diálogo imediato com os nacionalistas africanos que resultasse numa solução para o problema das colónias.

Cunhal, que regressara a Portugal no dia anterior depois de 14 anos de exílio, foi ovacionado por gritos que pediam “Cunhal no governo”. No seu discurso, reforçou a “necessária unidade entre os militares e o povo”. Afirmando que o PCP não se movia por desejos de vingança, assegurou que “o perigo do regresso do fascismo” estava ainda vivo. No governo provisório, concluiu, deviam “participar todos os partidos e correntes representativos e democráticos.” Voltou a saudar as forças armadas e

desejou que no ano seguinte o 1.º de Maio fosse comemorado com uma parada militar.

Após as breves intervenções dos representantes dos trabalhadores estrangeiros, a multidão saiu, depois de quatro horas no estádio e, como contou *O Século*, voltou para as ruas: “No 1.º de Maio, depois da tarde, não houve adeus: pela noite fora, ruas e avenidas de Lisboa conheceram a festa. Até de madrugada cantou-se e bailou-se, (...) Era gente e mais gente. Os que se manifestavam colectivamente e aqueles que faziam, sozinhos, a sua própria festa. No Rossio, à noite, havia um velho, envolvido numa grande bandeira nacional, que saltava entre os carros; acordeões tocavam marchinhas ou viras; grupos de braço dado entoavam cantares alentejanos; criancinhas faziam o V de vitória e tentavam as estrofes de ‘Grândola, Vila Morena’. Os poucos – quantos? – restaurantes e tascas abertos esgotavam o *stock* de sandes ou bebidas. Camiões das Forças Armadas avançavam peçados de soldados e cravos, misturados com os carros particulares onde se faziam prodígios de equilíbrio. Ninguém queria abandonar a rua. O povo tinha conquistado a Festa. E a festa era na rua” (*O Século*, 3/5/74: 18).

O agora Estádio 1.º de Maio, que não fora projectado para tão desordenada e livre manifestação, participou também desta festa colectiva, e logo num lugar de absoluto destaque.

O palco da grande rotura do PREC

Álvaro Cunhal e Mário Soares haviam de voltar a estar juntos no Estádio 1.º de Maio quando em 25 de Julho de 1974 se realizou uma grande manifestação-comício de apoio ao MFA. Em breve, porém, este cenário de aparente conciliação se desvaneceria.

A vida política e social do país durante o ano que separou a primeira (1974) da segunda comemoração do 1.º de Maio (1975) continuou a fazer-se na rua. Num dos períodos mais dinâmicos da história recente de Portugal, designado na gíria por “Processo Revolucionário em Curso” (PREC), sucedeu um conjunto de acontecimentos que não caberá aqui recordar com pormenor. Na manifestação de 1975, o Estádio 1.º de Maio voltou a receber o comício que fechava o desfile. O tom da celebração era já bastante diferente. Os apelos à unidade, honesta e cautelosamente proferidos uma semana depois da revolução de Abril de 1974, deram lugar a posições bastante mais definidas expressando os inúmeros conflitos que floresceram no ano que entretanto passara.

A manifestação-comício do 1.º de Maio de 1975 sintetizava de certa forma um ano de história de Portugal. As instâncias que legitimavam o novo regime eram diversas, criando múltiplas fracturas e arenas de discussão. Uma tentativa frustrada de golpe de Estado contra-revolucionário, em 11 de Março, tivera por resultado uma rápida radicalização do processo político em sentido contrário. Os governos provisórios partilhavam as rédeas do país com estruturas militares como o Conselho da Revolução e o MFA. A participação no processo em curso era dinâmica, as manifestações sucediam-se, a diversificação das fontes de poder permitiu intervenções variadas e por vezes contraditórias. Uma semana antes do segundo 1.º de Maio em liberdade, outro dado importante foi acrescentado a esta luta pelo poder. As primeiras eleições depois do 25 de Abril, com vista à formação de uma Assembleia Constituinte, deram a vitória ao PS e o segundo lugar ao PSD, enquanto o PCP, que vinha exercendo uma acção decisiva no processo revolucionário, se ficou pela terceira posição. Esta redefinição eleitoral das forças em compita, alterando os dados da discussão sobre o poder em Portugal, reflectiu-se durante a

manifestação do Dia do Trabalhador em 1975, sobretudo no comício de encerramento no estádio baptizado um ano antes de 1.º de Maio.

A manifestação foi organizada pela Intersindical (futura CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), que havia recebido, por resolução do Conselho da Revolução, o estatuto de personalidade jurídica. A central sindical assumia-se como garante da unidade sindical dos trabalhadores, posição contestada pelas forças políticas que haviam ganho as eleições, recrudescendo o debate com os resultados eleitorais. O PSD não foi convidado para o desfile. Quanto ao PS, a sua participação acabaria por entrar em choque com as correntes mais à esquerda, ligadas ao PCP. Em comunicado, os socialistas queixar-se-iam de, ao tentarem entrar na tribuna do 1.º de Maio, os seus dirigentes Soares, Francisco Salgado Zenha e Marcelo Curto terem sido barrados por elementos da Intersindical (*Diário de Notícias*, 3/5/75: 10). A organização sindical, por sua vez, acusou Soares de “atitude provocatória”, já que em pleno estádio, e durante o discurso do Presidente da República, o general Francisco da Costa Gomes, teria organizado uma sessão de propaganda partidária (*idem*). As razões dirimidas são hoje pouco importantes, já que a evolução da situação política levaria sempre a um crescendo de tensão entre as duas correntes. A manifestação do 1.º de Maio de 1975 e os acontecimentos no estádio marcaram porém uma fase relevante no processo revolucionário, reforçando as divisões entre forças políticas e anunciando o apogeu do PREC (período que encerraria a 25 de Novembro de 1975).

O estádio receberia ainda nos anos seguinte, até 1978, a manifestação anula do Dia do Trabalhador organizada pela Intersindical. A partir do ano seguinte os comícios de encerramento do desfile passaram a ser organizados na Alameda D. Afonso Henriques.

Durante o PREC tiveram ainda lugar no Estádio 1º de Maio vários comícios partidários do PS e do PCP. O papel do recinto na história política

do país esmoreceria porém com a normalização democrática. Em breve o parque de jogos voltaria a ser sobretudo um local para a prática desportiva e de outras actividades de lazer.

III. 1979-2008. Normalidade democrática

A aposta na prática desportiva

Se a designação “Estádio da FNAT”, que ainda ecoava pelos jornais a anunciar o local da grande manifestação do 1.º de Maio, apenas resistiu uma semana à revolução de Abril, a transformação da instituição num organismo mais consentâneo com o novo período político foi mais lenta. Apenas em 1975 surgiu o Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), herdeiro democrático da FNAT e das suas actividades. Os primeiros anos da vigência do INATEL no Estádio 1.º de Maio não se caracterizaram pela intensidade da prática desportiva. O recinto continuou, no entanto, a ser palco de actividades políticas. Quando foi contratado pelo INATEL em 1975, António Costa, actual encarregado das instalações do Estádio 1.º de Maio, encontrou um espaço mortício, quase sempre com os portões encerrados. Havia alguns jogos das competições internas do INATEL realizados quase sempre ao fim-de-semana, pois a falta de iluminação nocturna no recinto impedia um uso mais intensivo. A frequência de utentes não enquadrados por estas competições era, por seu turno, escassa. Nestes primeiros anos após o 25 de Abril realizaram-se ainda assim um conjunto de encontros desportivos, entre os quais é de assinalar a organização anual, entre 1976 e 1982, de um torneio internacional de atletismo.

Em 1979 foram finalmente aprovados os estatutos do INATEL. Definia-se uma nova atitude face à ocupação dos tempos livres, e nomeadamente no que respeitava à prática desportiva. Desta forma, como indicava o sexto artigo dos novos estatutos, cabia ao INATEL “estimular o interesse dos trabalhadores pela cultura física e actividades desportivas como meio de valorização humana, de aperfeiçoamento físico, da preservação da saúde e do desenvolvimento da personalidade.” O Instituto comprometia-se a “promover torneios e campeonatos entre grupos desportivos de trabalhadores”, a “apoiar a criação, existência e desenvolvimento de grupos desportivos de trabalhadores”, a “divulgar conhecimentos técnicos relativos à prática dos desportos”, objectivo para o qual era “necessário criar um quadro de professores e instrutores que procedam a essa divulgação junto dos associados”, e a “fomentar o intercâmbio desportivo com organizações similares estrangeiras, em particular com as dos países de língua portuguesa”.

Extintos os CAT e os CRP, os grupos de trabalhadores que desejassem integrar-se nas actividades do INATEL, onde se incluíam naturalmente as práticas desportivas, passariam a designar-se, se estivessem em empresas ou no funcionalismo público, “centros de cultura e desporto (CCD)”, e, encontrando-se em agregados populacionais, “centros populares de trabalhadores” (CPT). (Os estatutos seguintes do INATEL, aprovados dez anos depois, em 1989, que o transformaram num instituto público, acabariam por atribuir a designação de CCD a todas as organizações de trabalhadores vinculadas à instituição, independentemente do contexto em que foram formadas).

Os estatutos de 1979, rompendo com a lógica mais instrumental prosseguida pelo desporto corporativo desenvolvido no âmbito da FNAT, criaram as condições de prossecução de um plano de actividades na área do desporto que veio a alcançar na década seguinte resultados assinaláveis.

Uma nova visão do tempo livre

A FNAT foi substituída pelo INATEL (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres) pelo decreto-lei n.º 184/75 de 3 de Abril. No entanto, foi apenas em 1979 que os seus estatutos foram substituídos (Decreto-Lei n.º 519-J2/79 de 29 de Dezembro). Os novos estatutos deixavam de ter uma visão instrumental do lazer, como forma de disciplinar o trabalhador e incrementar a produtividade, e passaram a valorizar o tempo livre como espaço autónomo. O Estado, considerando que a ocupação dos tempos livres era em último caso uma escolha do cidadão, reservava ao INATEL a sua promoção e enquadramento. Segundo os novos estatutos, a instituição dirigia-se aos trabalhadores e nomeadamente às suas camadas sociais com menores recursos, sobretudo aos idosos. O INATEL gozava de autonomia administrativa e ficou sob a tutela dos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais. Os seus objectivos fundamentais integravam-se “numa política global de implementação de medidas de visível interesse social, pelo contributo que oferecem nos domínios da preservação da saúde, do desenvolvimento físico e da personalidade, da fruição e criação cultural e da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e do respectivo agregado familiar”. As receitas próprias provinham da venda de bens e serviços a preços sociais, isto é, preços que, por princípio, não excedessem os custos de produção do serviço oferecido. Eram aceites como sócios efectivos do INATEL os trabalhadores portugueses, no país ou no estrangeiro, e os trabalhadores estrangeiros em Portugal, que trabalhem por conta de outrem ou por conta própria, os trabalhadores reformados por acidente de trabalho ou doença profissional e os restantes reformados. Se passassem à condição de desempregados, os sócios mantinham o seu estatuto de filiados. Os

membros do agregado familiar dos sócios podiam solicitar a inscrição também como sócios.

Em 1989, o INATEL passou a constituir-se como instituto público (decreto-lei 61/89, de 23 de Fevereiro). As actividades do instituto, dirigidas “especialmente aos trabalhadores”, deviam ser desenvolvidas tendo em conta a necessidade de modernização e eficácia, o que justificava a adopção de uma gestão de tipo empresarial que não implicava a prática de preços que fossem pelo menos iguais aos preços de custo de produção dos bens e serviços facultados: o desempenho de um papel de regulação do mercado, não era contraditório, deste modo, com a obtenção de lucros. Noutro sentido, o INATEL deixava de se dirigir apenas aos trabalhadores e aos seus agregados, mas também aos jovens, aos deficientes e aos beneficiários de pensão de sobrevivência e de pensão social.

Novos palcos para novas práticas

A década de 1980 demarcou o início de um período de grande transformação na vida do Estádio 1.º de Maio. Diversos investimentos em novos equipamentos dotaram finalmente o recinto de instalações mais apropriadas à sua vocação de grande infra-estrutura de promoção das práticas físicas. Em 1982 deu-se o primeiro passo deste processo gradual de metamorfose: a iluminação do parque de jogos permitia enfim a sua utilização nocturna. Na mesma altura foi inaugurado mais um *court* de ténis e o campo de minigolfe.

O novo fôlego do Parque de Jogos de Alvalade foi assinalado por um conjunto de realizações importantes, das quais se destacará a organização,

em Junho de 1985, da primeira INATELídia, grande encontro desportivo internacional que juntou milhares de trabalhadores portugueses e estrangeiros. A iniciativa seria repetida em 1988 e 1991, também no 1.º de Maio.

A concretização deste último evento, bem como de outros que se efectuariam na década de 80 e nas seguintes, já beneficiou da construção do pavilhão gimnodesportivo. Dotado de uma área útil de 63 x 30 metros, cuja polivalência permitia a prática simultânea de andebol, voleibol e basquetebol, estava ainda equipado com uma sala polivalente, uma sala para reuniões, cabines para árbitros e vestiários e balneários para atletas. O novo edifício do Parque de Jogos de Alvalade iniciou uma revolução no padrão de práticas físicas dos utentes do INATEL. Erguido junto da entrada situada na Avenida do Rio de Janeiro e inaugurado a 15 de Abril de 1984, o pavilhão desportivo possibilitava aos trabalhadores praticarem um conjunto de modalidades em horário pós-laboral e com todas as comodidades. Na memória descritiva e justificativa do projecto do pavilhão é referido que o “local disponível para a sua implantação, embora sujeito a limitações de espaço, satisfaz as exigências julgadas indispensáveis para uma acomodação simples e eficaz.” A sua volumetria era elevada, cobrindo o edifício uma área de 3.700 metros quadrados. Nas bancadas cabiam 550 espectadores.

Embora o pavilhão, de acordo com os princípios estabelecidos pelo INATEL, fosse um local para a actividade desportiva dos trabalhadores, tal facto não impediu que o recinto fosse o palco de torneios desportivos internacionais, como foram o caso dos Campeonatos de voleibol e de basquetebol do Comité Sportif International du Travail (fundado em 1913), realizados respectivamente em 1984 e 1985, dos Campeonatos Internacionais de ténis de mesa, também em 1985, e do Campeonato do Mundo de andebol (categoria C), realizado de 6 a 15 de Fevereiro de 1986.

O processo de construção de equipamentos que determinavam um padrão de oferta com melhores condições desportivas, pedagógicas, higiénicas e recreativas, mais consentâneo com a diversificação das actividades desportivas da população portuguesa, traduzida neste caso concreto pelas preferências dos utentes do Estádio 1.º Maio, registou nova etapa com a abertura, em 18 de Junho de 1993, do complexo de piscinas. A nova instalação incluía duas piscinas cobertas, uma de 25 metros e outra de aprendizagem (15 x 8 metros) para os mais jovens. Possuía balneários, sala de reuniões, sala de primeiros socorros, sala de concentração para atletas, bar, sauna e *solarium*. No piso inferior do edifício havia espaço para sala de judo (15 x 15 metros), musculação (100 m²) e ténis de mesa (25 x 20 metros).

Para celebrar a inauguração das piscinas, equipamento que custou ao INATEL 400 mil contos (2 milhões de euros em moeda actual), foram organizados vários torneios desportivos. Tal como sucedera com o pavilhão, a receptividade dos utentes foi significativa. Se em 1992 o Parque de Jogos havia alcançado o número de 15.241 utentes, em 1993, depois da abertura do complexo de piscinas, que permitia também a prática de outras modalidades, essa cifra subiu para 31.661 utentes (Parques de Jogos, Hoje, Maio 1994: 143).

O parque em números

As actividades desportivas no Parque de Jogos continuaram a crescer de forma sensível. Em 1996, 106.146 indivíduos haviam participado em actividades ao ar livre. Destes, 19.441 no contexto de um uso recreativo de carácter não desportivo. Dos que o fizeram para praticar desporto, 79.527 jogaram futebol, 22.831 ténis e parede bate-bola, 16.100 usaram o circuito de manutenção e 2.818 o campo de minigolfe. O pavilhão desportivo

registrou 109.665 utilizadores, excedendo o número alcançado pelas actividades praticadas ao ar livre. Nesse espaço, 78.637 dedicaram-se à ginástica, o que impressionaria todos aqueles que no passado se queixaram da ineficiência da FNAT nesta área; 11.524 jogaram basquetebol, 6.855 voleibol, 5.541 andebol, 4.988 ténis de mesa, 1.218 treparam o muro de escalada, 300 praticaram karate, 144 jogaram damas, 142 xadrez, 124 judo, 116 *kick boxing* e 76 participaram em cursos de orientação

O equipamento que mais utentes mobilizou foi, no entanto, o complexo de piscinas cobertas, com o impressionante número de 219.504 entradas. A natação era, com uma razoável vantagem sobre as outras actividades, a modalidade mais praticada em todo o Parque de Jogos, atingindo as 199.625 entradas. No novel edifício do Parque de Alvalade, 7.736 usufruíram ainda do ginásio de musculação, 7.147 utentes jogaram ténis de mesa, 2.050 estiveram no ginásio de judo, 1.551 frequentaram a sauna, 903 praticaram taído e 492 ioga. A estes números juntavam-se 2.300 indivíduos que frequentavam aulas de natação, 1.900 de ginástica, 200 de judo, 340 de musculação, 25 de taído, 130 de ténis e 45 de ioga.

Estrelas internacionais em alta competição

A construção de vários equipamentos no Parque de Jogos de Alvalade criou uma infra-estrutura suficientemente moderna para permitir a realização de encontros desportivos de alta competição. Em 1986, como já referido, havia-se realizado, no pavilhão então recentemente inaugurado, a fase final do Campeonato do Mundo de Andebol (categoria C).

Em 20 de Junho de 1997 foi apresentado ao público o resultado da remodelação do campo de futebol e suas infraestruturas, da pista de atletismo, do piso do ginásio do pavilhão gimnodesportivo e do espaço público do recinto, obra que reforçou a possibilidade de o Parque de Jogos

acolher provas de alta competição. O campo de futebol foi arrelvado e passou a ser tratado com rede de rega e drenagem, as pistas de atletismo receberam um novo piso sintético, homologado pela Federação Internacional de Atletismo, um *videofinish*, cronometragens electrónicas e mais um balneário; 3.000 cadeiras foram colocadas nas bancadas central e laterais (o que implicou uma redução da capacidade do recinto, que ficou com bancadas e camarotes para 3.000 pessoas e o peão para 6.000), e a vedação do recinto foi substituída. Repavimentaram-se os arruamentos, o que incluiu a pavimentação com argamassa betuminosa de uma zona onde se iriam colocar aparelhos para a prática de patins em linha e acrobacias. Foi ainda colocado um piso sintético no ginásio do pavilhão em substituição do anterior, em vinílico, e inaugurado um novo parque infantil, que ocupava uma área de 900 metros quadrados. Do conjunto destas obras, o arrelvamento do campo de futebol ficou aquém das expectativas. Apesar de “pelado”, o campo proporcionava uma prática desportiva regular, chegando em certos dias a realizar-se 12 a 15 jogos de futebol; revelava-se ainda útil para os treinos de algumas das equipas que participavam no campeonato de futebol do INATEL. A nova relva natural, carente de um tratamento regular e com fortes problemas de rega e drenagem, não permitiria uma utilização contínua.

Para assinalar a inauguração do estádio realizou-se nos dias 20 e 21 de Junho um grande encontro internacional de atletismo, co-organizado pelo INATEL, a Federação Portuguesa de Atletismo e a Câmara Municipal de Lisboa. O *meeting* de Santo António foi considerado o melhor *meeting* português e o oitavo a nível europeu. Estiveram presentes no evento, entre outros, os fundistas portugueses Domingos Castro e Dionísio Castro, no salto em comprimento Carlos Calado, no salto à vara Nuno Fernandes, no lançamento do disco Teresa Machado e na velocidade um jovem de origem nigeriana chamado Francis Obikwelu, que alguns anos mais tarde se

tornaria uma das grandes referências do atletismo português, conquistando mesmo uma medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004. Participaram ainda na prova alguns dos mais importantes atletas internacionais, como o fundista Khalid Skah, de Marrocos, e Lars Riedel, o discóbolo alemão várias vezes campeão olímpico. Coube porém a Carlos Calado a grande proeza do evento, ao bater o recorde ibérico do salto em comprimento com a marca de 8,36 metros.

Em Abril de 1998, o Parque de Jogos recebeu ainda o Challenge Europeu de 10.000 metros, importante prova que ficaria assinalada pelo recorde nacional da distância conquistado pela atleta Fernanda Ribeiro, com o resultado de 30 minutos, 40 segundos e seis centésimos.

*

Um papel na promoção do desporto

A construção de novos equipamentos revolucionou os usos do Estádio 1.º de Maio. O número de utentes cresceu de forma rápida e sustentada. Em 2003-4 o 1.º de Maio era a instalação desportiva mais utilizada no quadro da oferta do INATEL, alcançando mais de 460.000 entradas (Malveiro e Lança, 2004: 389).

Os equipamentos que gradualmente foram dotando o Parque de Jogos de Alvalade de uma infra-estrutura de oferta multifuncional permitiram ao INATEL participar, na sua área de acção, num esforço mais vasto de generalização das práticas desportivas em Portugal, que juntou, durante o período democrático, associações, clubes, escolas e autarquias. Resultado do trabalho de inúmeras instituições e indivíduos, este esforço de promoção das práticas físicas entre os portugueses, por vezes desequilibrado e nem sempre bem planeado, procurava transformar a

relação dos cidadãos com o desporto, estimulando a prática desportiva num contexto em que, como provam os dados sobre a relação dos portugueses com o desporto, ainda vai predominando uma atitude maioritariamente consumista (Marivoet, 2001). Neste cenário geral, em que um dos motivos do divórcio entre os portugueses e a prática desportiva era a falta de equipamentos públicos, o Parque de Jogos 1.º de Maio reforçou o seu papel na promoção do desporto em Portugal e nomeadamente na cidade de Lisboa. O modo como o fez merece um olhar mais atento.

Das Novas Modalidades ao Culto do Corpo

A oferta de um maior número de modalidades, proporcionada pelas novas condições oferecidas pelo INATEL no 1.º de Maio, revelava também a forma como o Instituto se procurava adaptar a novos padrões de prática desportiva. Esta transformação, que se revelou também nas preferências dos utentes do Parque de Alvalade, relacionava-se com a diversificação de um mercado de oferta de desporto, no qual intervinham instituições estatais, associações e clubes, bem como empresas privadas. O surgimento de um leque de novos desportos, associado a formas específicas de conceber o lazer e a relação do indivíduo com o seu corpo, deve ser interpretado, em correlação com a evolução da sociedade portuguesa nas últimas décadas.

Se o INATEL procurou adaptar-se aos novos interesses dos seus utentes, é evidente que em alguns casos acabou por desempenhar um importante papel de promotor e divulgador de desportos pouco desenvolvidos em Portugal. A sua acção no contexto do chamado desporto-aventura é a este propósito paradigmático. Desde final dos anos 80 que o INATEL organiza um programa de desporto-aventura. Em 1992 contribuiu

para a realização do primeiro campeonato de parapente em Linhares da Beira, distrito da Guarda, ano em que iniciou também uma colaboração regular com o programa de televisão *Portugal Radical*. Ficaram conhecidas as provas de *rafting* nos rios Minho e Paiva. Com a ajuda de fundos provenientes de programas promovidos pela União Europeia, foi elaborado o projecto da Carta das Aldeias de Portugal, que incluía um roteiro turístico realizado de bicicleta. A promoção de iniciativas que juntavam o desporto com o turismo tornou a oferta desportiva mais variada e, sobretudo, não dependente de equipamentos fixos.

Do ponto de vista das sociabilidades decorrentes dos contextos de desempenho desportivo, a diferença era acentuada. O desporto-aventura proporcionava uma actividade mais familiar, explorando também a mobilidade turística e um conjunto de outros consumos: hoteleiros, gastronómicos, etc. Em 2005, a área do desporto-aventura organizava provas de balonismo, caminhadas, canoagem, *canyonning*, escalada, espeleologia, *kayak-rafting*, orientação, parapente, *rafting*, tiro com arco, vela e multi-actividades.

O sucesso dos desportos-aventura não deixava de expressar o surgimento na sociedade portuguesa de novos estilos de vida, nomeadamente no seio de uma jovem classe média urbana que desejava fugir às rotinas da cidade. Esta tendência registou uma versão mais juvenil no recente aparecimento e institucionalização dos chamados “desportos radicais”, base de uma próspera indústria do lazer. No caso do desporto-aventura, a natureza tornava-se no recinto da prática desportiva. O INATEL percebeu com agilidade o interesse de ir ao encontro das preferências destes grupos sociais, encontrando também assim uma forma de rentabilizar as suas iniciativas.

No Estádio 1.º de Maio, preso ao cenário urbano do bairro de Alvalade, o desenvolvimento do desporto-aventura estava necessariamente

limitado. Ainda assim, é de assinalar a construção de uma parede de escalada no pavilhão desportivo, a primeira a ser erguida na cidade de Lisboa. Apesar do papel reduzido que desempenhou na expansão do desporto-aventura no seio do INATEL, o 1.º de Maio viu reflectidas na sua oferta desportiva as transformações mais latas ocorridas no quadro das predilecções desportivas dos seus utentes. Foi assim que, sobretudo nos últimos 15 anos, foram despontando novos desportos no cardápio do Parque de Alvalade. Parte desta nova oferta posicionava-se face à concorrência de clubes, ginásios privados e autarquias. Uma das características de algumas destas modalidades era a sua associação à aparência física, indício da centralidade que o corpo foi progressivamente ganhando nas sociedades modernas. Em momentos diferentes passou a ser possível encontrar no Parques de Jogos desportos como a musculação, o *step*, a manutenção, a aeróbica, o *fitness* e o *cardio-fitness*.

Outras novas modalidades, sobretudo dirigidas a populações mais idosas, designadas por seniores, no âmbito das actividades do INATEL, expressavam também uma preocupação com o corpo, mas neste caso como lugar por excelência da saúde vital. A hidrogenástica, a hidroterapia e, com um passado mais antigo no Parque, a ginástica de manutenção, possuíam um evidente carácter terapêutico. Esta relação da prática física com um projecto de vida ligado ao corpo sentia-se também em modalidades como o ioga, no programa de actividades anuais desde 1.º de Maio desde 2001.

A emergência do individualismo

A ascensão de um conjunto de modalidades individuais no quadro do desporto oferecido pela instituição ocorreu em simultâneo com a quebra da participação de atletas em desportos colectivos, designadamente no quadro

das competições do INATEL. Tomando o exemplo dos campeonatos de futebol, tem-se verificado uma quebra no número de equipas e praticantes: em 1998-99 havia 124 equipas e 3.000 praticantes e em 2002-03 93 equipas e 2.139 praticantes (Domingos, 2004: 305). Esta alteração deveu-se, sobretudo, ao menor número de participantes organizados em CCD localizados em empresas, normalmente indivíduos dos lugares mais baixos das hierarquias profissionais. Uma das razões que explicam esta situação relacionava-se com a própria evolução do mundo laboral, nomeadamente a alteração dos vínculos laborais e o crescimento de relações contratuais precárias. A relação da oferta desportiva com a evolução empresarial foi também sentida nas próprias organizações desportivas dentro das empresas (Domingos, 2004: 318-326).

Na primeira metade dos anos de 1990, o INATEL, reagindo às dificuldades em enquadrar os jovens atletas trabalhadores, permitiu a inscrição de trabalhadores sem contracto efectivo. Passou também a ser possível ter um número limitado de jogadores sem qualquer relação com a empresa. Na época de 2009-10 já é possível ter cinco jogadores na equipa sem relação com o INATEL. Apesar destas medidas, a participação tende ainda a descer.

No âmbito da oferta desportiva, a relação do INATEL com os seus utentes parece estar a caracterizar-se progressivamente por uma adesão individual em detrimento da intermediação colectiva, em especial quando esta tem uma base laboral. A proeminência desta relação de tipo individual ou privada traduz-se na própria gestão dos equipamentos da instituição. Tal evolução assinala a permeabilidade do desporto do INATEL às dinâmicas de um mercado de oferta desportiva. Do seguimento das tendências deste mercado parecem depender os objectivos de uma gestão de tipo empresarial. No Parque de Jogos de Alvalade a rentabilização do espaço

sugere que a relação individual seja incentivada, nomeadamente porque se constitui como uma estratégia alargada de captação de novos utentes.

Bibliografia

Baptista, L. (1999) *Cidade e Habitação Social*, Oeiras, Celta, 1999

Câmara Municipal de Lisboa (1948), *A Urbanização do Sítio de Alvalade*, Lisboa,

Costa, J. P. (2006) *João Pedro Costa, Bairro de Alvalade*, Um Paradigma no Urbanismo Português, Lisboa, Livros Horizonte (1.^a ed. 2002)

Janarra, P. (1994) *A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo. O Caso do Bairro de Alvalade de Lisboa (entre o Projecto e o Concretizado)*, dissertação de mestrado em Sociologia, Lisboa, Iscte

Domingos, N. (2004) “O Futebol e o Trabalho”, em *A Época do Futebol*, Neves, J., Domingos, N. (eds), Lisboa, Assírio e Alvim

Domingos, N (2007) *A Ópera do Trindade*, Lisboa, Lua de Papel/Inet

Fonseca, M. B., (1958), “Problemas do Bairro”, *Alvalade, Boletim Informativo do Clube Atlético de Alvalade*, n.º 10, Junho de 1958

Fonseca, M. B. (1959) “Problemas do Bairro”, *Alvalade, Boletim Informativo do Clube Atlético de Alvalade*, n.º 16, Abril 1959

Macedo, M (1944), *A FNAT e A Cultura Física das Classes Trabalhadoras*, FNAT, 1944

Malveiro, O., Lança, R. (2004) “Desporto para Trabalhadores”, em *Povos e Culturas*, n.º 9

Marivoet, S. (2001), *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto

Rocha, A (1971), *Finalidades e Normas da Ginástica para Trabalhadores*, n. X, Os Aprendizes, Lisboa, FNAT

Valente, J. C. (1999), *Estado Novo e Alegria no Trabalho – Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Colibri/INATEL

Fontes Primárias

FNAT, *Dez Anos de Alegria no Trabalho*, edição fac-similada, INATEL

FNAT, ANO XX, 1935-1954, edição fac-similada, INATEL

FNAT, *Relatórios e Contas 1955-1973*

